



Não há precedentes como no caso do Brasil. Resolvemos débitos históricos, herança da época da colonização.

Luiz Cláudio Costa
Presidente do Inep

13%

PARA 41% foi quanto cresceu, entre jovens de 18 a 20 anos, o indicador que avalia o ensino médio no Brasil, segundo dados recentes do PNUD



Jornal do Commercio
11
QUARTA-FEIRA, 23 DE OUTUBRO DE 2013

86,2

BILHÕES de reais foi o orçamento do Ministério da Educação no ano passado, contra R\$ 35,4 bilhões em 2005 e R\$ 34,2 bilhões de 2000, em valores constantes

Há uma discrepância entre o ensino privado, de alto nível, e o atraso funcional do ensino público.

Ernane Galvêas
Consultor econômico da CNC



Educação

Avanço efetivo depende da melhor gestão dos recursos

ANNA BEATRIZ THIEME

A pesar das dificuldades que o Brasil ainda encontra no campo da educação, essa foi a área que experi-

mentou um dos mais consistentes avanços nas últimas décadas. Houve real ampliação dos investimentos, bem como aumento no número de crianças e adolescentes nas escolas e melhoria no acesso a cursos profissionalizantes e de ensino superior. Na avaliação de especialistas, o resultado tende a melhorar, tão logo seja aprovado o projeto que determina repasse de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) à área. No entanto, eles afirmam que recursos, sozinhos, não garantem a solução da educação brasileira e que melhorar a gestão do dinheiro aplicado é fator preponderante nesse contexto. A Fundação Cesgranrio, instituição com 40 anos de experiência em educação e responsável pela aplicação de diversas avaliações na área, como é o caso do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), reconhece o salto no ensino. "As pesquisas e avaliações feitas por nós ao longo dos últimos anos mostram que a educação brasileira melhorou, especialmente no ensino fundamental. Não é a melhoria que queríamos, mas pelo menos estamos dentro de nossas metas", afirma o presidente da instituição, Carlos Alberto Serpa.



Serpa afirma que a educação brasileira melhorou, especialmente no ensino fundamental

sala de aula. "Esse conhecimento precisa ser compartilhado. Não adianta reinventar a pólvora, criando a toda hora novos e 'revolucionários' modelos", assinala. "Boas práticas pedagógicas precisam ser disseminadas para que se invista cada vez mais e, principalmente, melhor", acrescenta.

Especialistas referem-se, mais especificamente, ao maior volume de recursos que chegarão ao campo educacional, caso seja aprovado o Plano Nacional de Educação (PNE), que ainda tramita no Congresso. A proposta exige a destinação, até o fim do período de 10 anos (prazo de vigência do plano), de pelo menos 10% do Produto Interno Bruto (PIB) para a área, percentual que hoje alcança 6,1%.

O texto estabelece a universalização e a ampliação do acesso e atendimento em todos os níveis educacionais. Determina também o incentivo à formação inicial e continuada de professores e profissionais da educação em geral, por meio da avaliação e acompanhamento periódico e individualizado de todos os envolvidos na educação do País, tais como estudantes, professores e demais profissionais. Também estabelece normas para o estímulo e expansão do estágio. O projeto fixa ainda estratégias para alcançar a universalização do ensino de quatro a 17 anos.

A FONTE PARA o cumprimento dessas metas será, basicamente, o dinheiro do pré-sal. No início de setembro, a presidente Dilma Rousseff já havia sancionado a lei que garante 75% dos royalties do petróleo para a educação.

De acordo com o presidente do Inep, o volume a ser destinado para cumprir as metas propostas pelo governo, mais do que suficientes são, hoje, factíveis. "De nada adiantava traçar metas se não tínhamos os recursos para cumpri-las. Finalmente, o Brasil promoveu ampla discussão e chegou aos 10%, percentual que considero suficiente para atingir nossos objetivos", assinala.

Ainda segundo Costa, o País tomou uma decisão "histórica, estratégica e fundamental", ao decidir usar recursos do petróleo, que são finitos, para garantir um bem estruturante como a educação. Para ele, foi uma decisão acertada, a exemplo de outros países que fizeram, com êxito, a mesma escolha.

Adicionalmente ao volume de recursos mais robusto a ser investido no campo educacional, uma gestão mais eficiente passa também pela valorização e capacitação dos professores, segundo especialistas. Para Serpa, da Cesgranrio, será difícil resolver os problemas da educação brasileira sem uma carreira docente que valorize o magistério.

Em linha com esse posicionamento, Niskier, da ACRJ, afirma que é preciso valorizar mais a carreira de professor, dando-lhes remuneração adequada, boas condições de trabalho e autonomia para exercer suas funções. "Tudo isso dentro de um ambiente meritocrático", defende. "Sem a valorização do magistério, a expansão quantitativa não será acompanhada da necessária melhoria qualitativa", complementa.

Dados recentemente divulgados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) mostraram que a educação foi, de fato, o componente que mais contribuiu para o avanço do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) do Brasil nos últimos 20 anos. O índice geral do País saltou de 0,493 (em 1991) para 0,727 (em 2010), considerando uma escala de 0 a 1.

Quando o item educação é analisado separadamente, o Brasil subiu de 0,279 (em 1991) para 0,637 (em 2010). Foi a dimensão que mais evoluiu (128,3%), principalmente pelo aumento do fluxo escolar entre jovens, que ficou 2,5 vezes maior em 2010 em relação a 1991. Embora tenha apresentado o maior progresso, o marcador de educação ainda ficou abaixo do de saúde e do de renda, outros dois subíndices que compõem o indicador.

Luiz Cláudio Costa, presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), órgão vinculado ao Ministério da Educação (MEC), observa que é preciso levar em conta o patamar em que a educação estava décadas atrás para avaliar o nível a que chegou hoje. "Não há precedentes como no caso do Brasil. Conseguimos resolver débitos históricos, herança da época da colonização", argumenta. Segundo Costa, por meio de um programa de Estado, o País conseguiu finalmente promover a inclusão, após a enorme exclusão praticada nos séculos passados.

OUTROS DADOS DO PNUD também comprovam a evolução do ensino, como o número de crianças de cinco e seis anos na escola, que passou de 37,3% para 91,1%, de 1991 a 2010. Já o de adolescentes de 11 a 13 anos também cresceu nesse período, de 36,8% para 84,9%, enquanto a taxa de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo aumentou de 20% para 57,2%. Houve salto também no ensino médio: entre jovens de 18 a 20 anos, o indicador passou de 13% para 41%.

O presidente do Conselho Empresarial de Educação da Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ), Celso Niskier, reforça a tese de que houve grandes avanços no aspecto da universalização, especialmente da educação básica, mas afirma que a evolução no quesito qualidade não seguiu a mesma lógica. "O grande desafio do Brasil, hoje, é dar um salto de qualidade", diz.

Já o ex-ministro da Fazenda e consultor econômico da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), Ernane Galvêas, lembra que algumas desigualdades persistem no País. "O Brasil tem, hoje, para atendimento das elites, os melhores e mais bem equipados hospitais do mundo. O

mesmo acontece na educação", afirma.

Segundo o ex-ministro, de modo geral, os brasileiros de alta renda têm acesso às melhores escolas básicas e universidades, comparáveis às dos países mais desenvolvidos. "No campo educacional, há uma discrepância entre o ensino privado, de alto nível, e o atraso funcional do ensino público", comenta.

Da mesma forma que aumentou o acesso ao ensino, o investimento público em educação também evoluiu de forma constante durante a última década. De 2000 a 2012, os aportes em relação ao PIB aumentaram 2,6 pontos percentuais, passando de 3,5%, em 2000, para 6,1%, em 2011. Ainda que tenha evoluído, o percentual está, contudo, abaixo da média dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que é de 6,3%. O orçamento do MEC seguiu a mesma lógica, ao passar de R\$ 34,2 bilhões, em 2000, para R\$ 86,2 bilhões, em 2012.

Apesar da notória ampliação dos investimentos, especialistas defendem melhor gestão do dinheiro empregado. "Para a educação, nunca é muito. Sempre é pouco", assinala o presidente da Fundação Cesgranrio, que destaca a necessidade de se aprimorar a gestão desses recursos. "Antigamente, o tema era posto de lado. Hoje, a sociedade tem a noção de que educação é importante, é direito do cidadão, e que tem de exigir qualidade dos governantes", diz Serpa.

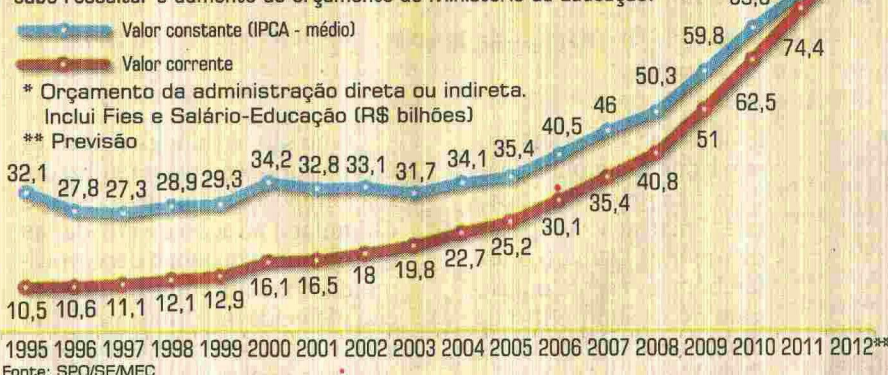
O posicionamento de Niskier, da ACRJ, é parecido. Ele defende uma gestão transparente, colocando o foco onde o resultado é produzido: no professor. "O problema da educação do Brasil não se resolve apenas com mais verbas. É necessário que as verbas hoje

existentes sejam melhor aplicadas", afirma.

Niskier diz que as pesquisas sobre métodos educacionais avançam e já é possível saber o que dá certo e o que não dá dentro de uma

Orçamento do Ministério da Educação *

Dentre os fatores estruturais que contribuem para a aplicação e o aprimoramento das políticas públicas de educação no país, cabe ressaltar o aumento do orçamento do Ministério da Educação.



O FUTURO CHEGOU. E AGORA, BRASIL?

1500 2013

O Jornal do Commercio conta com o apoio da Academia Brasileira de Letras nesse Especial em que se discute o caminho para alcançar o grau de desenvolvimento que a sociedade exige e merece. Um caminho que passa necessariamente pelo conhecimento, pela educação e pela cultura.

Diretoria 2013 - Presidente: Ana Maria Machado | Secretário-Geral: Geraldo Holanda Cavalcanti
1º Secretário: Domício Proença Filho | 2º Secretário: Marco Lucchesi | Tesoureiro: Evanildo Cavalcante Bechara
Academia Brasileira de Letras: Av. Presidente Wilson, 208 | (21) 3974-2500 | www.academia.org.br